

DIVERSIDADE DE GÊNERO NO COMITÊ DE AUDITORIA E A DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

FRANCISCA YASMIN DE AGUIAR GUEDES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

FRANCISCA EVERLENE NOGUEIRA PESSOA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

BIANCA SOUZA DE CARVALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

LORENA COSTA DE OLIVEIRA MELLO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Agradecimento à orgão de fomento:

-

DIVERSIDADE DE GÊNERO NO COMITÊ DE AUDITORIA E A DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

1 INTRODUÇÃO

Os relatórios de auditoria são parte indispensável do ambiente econômico globalizado, haja vista que a precisão das decisões tomadas por investidores é influenciada pela qualidade das demonstrações financeiras e os auditores independentes são o grupo em que os participantes do mercado financeiro mais confiam para salvaguardar seus interesses (ÖZCAN, 2021), tornando os relatórios de auditoria um dos canais mais importantes de comunicação entre investidores e auditores (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020; SHAO, 2020).

O Relatório do Auditor Independente (RAI) é o documento formal emitido como resultado do trabalho de auditoria contendo a opinião do auditor com a análise da real situação patrimonial e financeira da entidade. Contudo, o RAI recebeu diversas críticas pelos *stakeholders*, seja pela sua linguagem padronizada ou pela falta de transparência no processo de auditoria (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020).

Diante disto, o relatório do auditor sofreu alterações significativas, sendo a principal delas introduzida em 2016 pela NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente, a fim de divulgar os assuntos que exigiram maior atenção do auditor, considerando as áreas de maior risco da companhia (CFC, 2016).

A seleção dos PAAs é determinada pelo julgamento técnico do auditor e estes assuntos devem ser comunicados aos responsáveis pela governança da entidade (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020). A literatura tem apontado que as características da companhia e do auditor influenciam a divulgação dos PAAs (FERREIRA; MORAIS, 2020; PINTO; MORAIS, 2019; SIERRA-GARCÍA *et al.*, 2019; VELTE, 2018). Dentre essas características, destacam-se os mecanismos de governança corporativa, como o comitê de auditoria (COLARES; ALVES; MIRANDA, 2020).

O comitê de auditoria consiste em um mecanismo interno de governança corporativa que auxilia no controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras e nos controles internos, objetivando a confiabilidade e integridade das informações, para proteger a organização e todas as partes interessadas (IBGC, 2017). Dessa forma, este órgão busca monitorar os processos internos para mitigar os riscos e assegurar eficácia, qualidade e integridade na elaboração das demonstrações contábeis (DE LUCA *et al.*, 2010), influenciando o trabalho do auditor e os riscos identificados por tal agente.

Tratando-se da composição do comitê de auditoria, um aspecto que vem ganhando destaque na literatura, refere-se à diversidade de gênero dos seus participantes (LAY; GONÇALVES; CUNHA, 2017; SULTANA; SINGH; VAN DER ZAHN, 2015; VELTE, 2018). Estudos tem demonstrado diferenças de comportamento e julgamento relacionadas ao gênero dos profissionais, demonstrando diferenças em termos de habilidades de comunicação, personalidade, empenho e diligência o que ampliam e aprimoram o processo de tomada de decisão e os processos operacionais das empresas (BARK; ESCARTÍN; VAN DICK, 2014; EGAN, 2005) gerando uma melhor qualidade das discussões sobre a credibilidade dos relatórios corporativos (HOSSAIN *et al.*, 2017; JIZI, 2017).

De acordo com Velte (2018), membros femininos no comitê de auditoria têm um impacto positivo na tomada de decisão, diminuindo o conflito das partes interessadas, contribuindo para maior precisão da contabilidade e da auditoria externa. Ademais, membros do sexo feminino apresentam maior aversão ao risco, visto que as mulheres são mais conservadoras que os homens, buscando priorizar os atributos de riscos e a redução destes (JIANAKOPLIS; BERNASEK, 1998; VELTE, 2018). Aliado a esses fatores, a presença de membros no comitê de auditoria do gênero feminino pode possibilitar um maior controle e disciplina quanto aos seus relatórios (SRINIDHI; GUL; TSUI, 2011). Dessa forma, o

conservadorismo do gênero feminino acentua a preocupação da entidade em reportar informações fidedignas, fato este que pode dirimir os riscos e resultar em uma diminuição no número de PAAs divulgados.

Diante do exposto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre a diversidade de gênero no comitê de auditoria e os PAAs divulgados nos relatórios de auditoria das empresas listadas na B3?** Com o intuito de responder a problemática ora explicitada, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre a diversidade de gênero no comitê de auditoria e os PAAs divulgados nos relatórios de auditoria das empresas listadas na B3 no período de 2016 a 2020.

Adicionalmente, buscou-se investigar a relação entre a diversidade de gênero no comitê de auditoria e a divulgação de PAAs em Nível de Entidade (empresa auditada) e Nível de Conta (demonstração contábil), segregação proposta por Sierra-García *et al.* (2019) para a investigação dos tipos de principais assuntos de auditoria inseridos nos relatórios.

Destaca-se a relevância do presente estudo, essencialmente, pela escassez de estudos no Brasil que investiguem a relação entre a diversidade de gênero no comitê de auditoria e a divulgação de PAAs. Colares, Alves e Miranda (2020) realizaram essa análise utilizando a participação feminina somente em conjunto com outras características do comitê de auditoria. Assim, nenhum estudo atual no Brasil reflete a relação entre a diversidade de gênero e os principais assuntos de auditoria no geral e em níveis de entidade e conta. Diante disso, a presente pesquisa busca preencher essa lacuna sobre a temática, contribuindo com a literatura de diversidade de gênero na governança corporativa.

Ademais, em uma perspectiva prática, este trabalho demonstra a realidade das organizações no que se refere à diversidade de gênero no comitê de auditoria, órgão estratégico da companhia, na sua funcionalidade de redução dos riscos. Portanto, o estudo fornece material para que as empresas reflitam sobre as políticas de gênero, salientando a importância de mulheres no âmbito profissional.

2 REVISÃO DE LITERATURA E HIPÓTESES DA PESQUISA

Os auditores independentes exercem importante papel no que se refere à confiabilidade das informações contábeis divulgadas pelas entidades (ABU; JAFFAR, 2020; ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020), tendo em vista que os serviços de garantia fornecidos por auditores independentes ajudam a construir a confiança do investidor (ÖZCAN, 2021).

Um dos canais mais importantes para realizar a comunicação entre investidores e auditores é o relatório de auditoria divulgado com as demonstrações financeiras (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020; SHAO, 2020). Contudo, os auditores estavam sendo criticados pela linguagem muito padronizada, pela escassez de explicações dos fatores que levaram à opinião fornecida no relatório e por não se comunicarem suficientemente com acionistas e investidores (CORDOŞ; FÜLÖP, 2015).

Nesse contexto, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) expediu a *International Standard on Auditing - ISA 701*, com a inclusão da divulgação de *key audit matters* (KAM). Em linha com esse normativo internacional, foi emitida no Brasil a NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente, com efeito para auditorias de demonstrações financeiras que se findam em ou após 31 de dezembro de 2016 (CFC, 2016).

Segundo a NBC TA 701, os principais assuntos de auditorias (PAAs), tradução do termo KAM no Brasil, definem-se como os assuntos que, de acordo com o julgamento profissional dos auditores, foram os mais significativos durante a realização da auditoria, tratando-se, principalmente, de áreas que possuem maior risco de distorção relevante nas operações e demonstrações financeiras das companhias.

Dessa forma, a norma introduz uma nova seção no relatório de auditoria que consiste na divulgação dos assuntos que o auditor considere mais significantes das demonstrações financeiras e nos quais despense maior tempo e atenção (FERREIRA; MORAIS, 2020). Nessa seção, o auditor deve justificar os motivos de escolhas dos PAAs e qual foi a tratativa utilizada durante o processo de auditoria (ALVES JÚNIOR; GALDI, 2020). Segundo Ferreira e Morais (2020), os PAAs têm o objetivo de transmitir informação do trabalho realizado por parte do auditor, melhorando a comunicação do relatório de auditoria com seus usuários e, conseqüentemente, a transparência tendo em vista a divulgação das áreas de maior atenção e dos riscos associados à empresa.

No que tange a divulgação desses riscos, Sierra-García *et al.* (2019), segregaram os PAAs em riscos ao Nível de Entidade e ao Nível de Conta. O primeiro, refere-se ao riscos associados ao ambiente da empresa no geral, relacionados aos controles internos, normas e regulamentos, tecnologia da informação, entre outros. Enquanto o segundo, diz respeito aos riscos associados a grupos específicos das demonstrações financeiras, como receita, estoques, imobilizado e intangível.

Nesse sentido, a divulgação dos PAAs exige que o auditor leve em consideração, além do seu julgamento profissional, a natureza e a extensão da comunicação com os mecanismos responsáveis pela governança, visto que esses assuntos estão normalmente relacionados a áreas complexas nas quais existe uma margem significativa para o julgamento da administração, o que reforça a importância do acompanhamento por órgãos internos, como o comitê de auditoria (CORDOŞ; FÜLÖP, 2015; ZHOU; OWUSU-ANSAH; MAGGINA, 2018; SIERRA-GARCÍA *et al.*, 2019).

O comitê de auditoria consiste em um órgão consultivo e de supervisão que, através de reuniões regulares com auditores externos e gestores, busca auxiliar no controle sobre a confiabilidade e veracidade das informações financeiras, prestando suporte ao conselho de administração e fornecendo maior segurança aos acionistas (COLARES; ALVES; MIRANDA, 2020; ZHOU; OWUSU-ANSAH; MAGGINA, 2018).

De acordo com o IBGC (2017), o comitê de auditoria surgiu visando apenas supervisionar o processo de elaboração das demonstrações financeiras, e, à medida que a governança corporativa e seus mecanismos ganharam maior visibilidade e eficácia, outros papéis foram atribuídos ao órgão, como o monitoramento dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos, bem como o atendimento de demandas relacionadas à auditoria interna e à auditoria independente.

No que tange à sua composição, o IBGC (2017) cita a diversidade entre os membros do comitê como importante ferramenta para promover pluralidade de argumentos, que pode resultar em processos de tomada de decisões mais seguros e eficazes. Nesse sentido Silva *et al.* (2020) investigaram a influência do gênero na qualidade da auditoria e da informação contábil, constatando que o gênero feminino pode reduzir as práticas de gerenciamento de resultados, bem como tornar os relatórios financeiros mais fidedignos.

A participação feminina em equipes pode aprimorar a qualidade de discussões e habilidades de gerenciamento, tendo em vista que o gênero feminino diverge do masculino em diversos aspectos cognitivos e comportamentais através de características relacionadas ao processamento de informações, personalidade, diligência e tolerância ao risco (HOSSAIN *et al.*, 2017; JIZI, 2017; ITTONEN; PENI; VÄHÄMAA, 2013; SILVA *et al.*, 2020).

De acordo com a literatura (COLARES; ALVES; MIRANDA, 2020; LAY; GONÇALVES; CUNHA, 2017; VELTE, 2018), homens são mais suscetíveis ao risco, enquanto as mulheres têm perfis mais conservadores e cautelosos. Dessa forma, o gênero feminino possui maior grau de aversão ao risco, tornando as mulheres mais conservadoras no ambiente profissional (LANDRY; BERNADI; BOSCO, 2016; VELTE, 2018).

Destarte, a presença de mulheres no comitê de auditoria pode influenciar na eficácia e na qualidade dos relatórios de auditoria e das informações financeiras, visto que as mulheres buscam estabelecer uma maior relação de confiança por apresentarem maior diligência e preocupação com as partes interessadas, bem como por influência do perfil mais cauteloso, o que pode contribuir para a redução de erros e de assimetria informacional, melhorando a qualidade da tomada de decisão (AL-SHAER; ZAMAN, 2016; ALDAMEN; HOLLINDALE; ZIEGELMAYER, 2018; LANDRY; BERNADI; BOSCO, 2016; ITTONEN; PENI; VÄHÄMAA, 2013).

Nesse cenário, Velte (2018) investigou a relação entre o percentual de mulheres no comitê de Auditoria e a divulgação dos principais assuntos de auditoria nas empresas do Reino Unido em 2014 e 2015. Os resultados apontaram relação entre um maior percentual de participação feminina e maior legibilidade dos principais assuntos de auditoria mensurada pelo índice de Flesch, fornecendo evidências de um efeito positivo do gênero feminino no comitê de Auditoria e a divulgação de PAAs.

Assim, tendo em vista o papel do comitê de auditoria em monitorar os processos de gerenciamento de riscos e controles internos, fiscalizar e acentuar a qualidade das informações reportadas, espera-se que o grau de cooperação entre o comitê de auditoria e o auditor externo seja fortalecido pela participação de membros do gênero feminino no comitê de auditoria (VELTE, 2018), uma vez que as mulheres são conservadoras e cautelosas, avessa ao risco, inferindo-se a primeira hipótese da pesquisa:

Hipótese 1a: Existe associação negativa entre o gênero feminino no comitê de auditoria e o número de PAAs divulgados.

Com o intuito de aprofundar a temática de Principais Assuntos de Auditoria, Sierra-Garcia *et al.* (2019) buscaram classificar e segregar os PAAs em riscos a Nível de Conta e a Nível de Entidade.

Os PAAs a Nível de Conta são aqueles riscos referentes a itens específicos das demonstrações contábeis, como intangíveis, imobilizado e equipamentos, receitas, estoques, valor recuperável de ativos, empréstimos, planos de pensão, dentre outros (SIERRA-GARCÍA *et al.*, 2019). Sabendo que os auditores possuem acesso a uma enorme quantidade de informações privadas sobre os demonstrativos financeiros das companhias, salienta-se que eles estão em uma posição única para relatar riscos inesperados (LENNOX; SCHMIDT; THOMPSON, 2021).

Dessa forma, com o intuito de se resguardar de tais riscos em seus relatórios corporativos, o comitê de auditoria deve supervisionar e controlar a elaboração das informações reportadas. Para tanto, tendo em vista que o gênero feminino é mais avesso ao risco que o masculino (JIANAKOPOLOS; BERNASEK, 1998), uma vez que as mulheres são mais conservadoras e assim trabalham minuciosamente para uma maior qualidade das informações reportadas, a presença das mulheres neste órgão estratégico pode dirimir os riscos relacionados a itens específicos dos demonstrativos financeiros, logo a companhia expõe-se a divulgação de menos PAAs a Nível de Conta. Portanto, com base nesses argumentos, foi formulada a seguinte hipótese:

Hipótese 1b: Existe associação negativa entre o gênero feminino no comitê de auditoria e o número de PAAs a Nível de Conta divulgados.

Ainda tratando-se dessa segregação entre os Principais Assuntos de Auditoria, os PAAs a Nível de Entidade estão relacionados ao ambiente da entidade, incluindo riscos referentes a controles internos, tecnologia da informação, bem como normas, leis e regulamentos (MELLO; ARAÚJO; DE LUCA, 2021). Desse modo, os PAAs a Nível de Entidade estão relacionados a características estruturais da companhia.

Isto posto, surge a necessidade do comitê de auditoria, como mecanismo de governança corporativa, em atuar como fiscalizador de atividades relacionadas a risco, conformidade,

integridade e ética (IBGC, 2017). Nesse sentido, destaca-se o importante papel do gênero feminino como membro do comitê de auditoria para ponderar tais atributos e reduzir as áreas de riscos relativas à entidade, uma vez que as mulheres tendem a ser mais confiáveis e socializadas com valores comuns, refletindo assim um sentimento de altruísmo com a finalidade de buscar alinhamento em todas as áreas da companhia (HOSSAIN *et al.*, 2017).

Dessa forma, tendo em vista as características de confiança e ética do gênero feminino, estas atuam no comitê de auditoria com o intuito de reduzir falhas de controle internos e aprimorar a elaboração das informações com segurança, conforme princípios e regulamentos. Logo, o gênero feminino tende a dirimir os riscos relacionados à entidade, de modo que diminui a quantidade de PAAs a Nível de Entidade. Portanto, formula-se a última hipótese desta pesquisa:

Hipótese 1c: Existe associação negativa entre o gênero feminino no comitê de auditoria e o número de PAAs a Nível de Entidade divulgados.

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como descritiva, documental e quantitativa, diante da utilização de documentos como fonte de dados e aplicação de técnicas estatísticas para o alcance dos objetivos, tendo como população todas as empresas listadas na B3 S.A. em 24/05/2021, totalizando 574 empresas.

Para a amostra, foram selecionadas as empresas com comitê de auditoria constituído e dados disponíveis em todo o período da pesquisa (2016-2020), excluindo-se as *holdings*, tendo em vista suas características diferenciadas em relação às demais, totalizando 66 empresas (Tabela 1).

Tabela 1 – Composição da amostra da pesquisa

Operação	Descrição	Número de empresas
=	População (empresas listadas na B3 S.A. em 24/05/2021)	574
(-)	Empresas sem comitê de auditoria	505
(-)	<i>Holdings</i>	3
=	Amostra	66

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os dados foram coletados na base de dados Economática®, nos relatórios dos auditores independentes (RAI) e Formulário de Referência, considerando o período 2016-2020, tendo em vista a inclusão dos principais assuntos de auditoria (PAAs) com a emissão da norma NBC TA 701 e obrigatoriedade a partir de 2016.

Para atingir os objetivos, definiu-se como variável dependente o número de PAAs totais e segregados em níveis de entidade e conta e como variável independente a participação feminina nas empresas. Ademais, foram definidas variáveis de controle comumente utilizadas em pesquisas sobre governança corporativa e auditoria, relacionadas às características da empresa e da auditoria independente. Todas as variáveis, bem como sua operacionalização, fonte de coleta e base teórica que as fundamenta estão elencadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis da pesquisa

Tipo	Variável	Operacionalização	Fonte de coleta	Fundamentação
Dependente	Principais assuntos de auditoria (PAA)	Quantidade de PAAs	RAI	Abu e Jaffar (2020); Colares, Alves e Miranda (2020); Wuttichindanon e

Tipo	Variável	Operacionalização	Fonte de coleta	Fundamentação
				Issarawornrawanich (2020)
	PAA no Nível de Entidade (NEPAA)	Quantidade de PAAs relacionados aos riscos no Nível de Entidade	RAI	Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
	PAA no Nível de Conta (NCPAA)	Quantidade de PAAs relacionados aos riscos no Nível de Conta	RAI	Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
Independente	Participação feminina (FEM)	Percentual de membros do comitê de auditoria do gênero feminino	Formulário de Referência	Colares, Alves e Miranda (2020); Velte (2018)
Controle	Big Four (BIG4)	Dummy: 1 para relatório com opinião modificada; 0, caso contrário	Formulário de Referência	Abu e Jaffar (2020); Colares, Alves e Miranda (2020); Wuttichindanon e Issarawornrawanich (2020); Ferreira e Morais (2020); Velte (2018)
	Opinião de auditoria (OPN)	Dummy: 1 para relatório com opinião modificada; 0, caso contrário	RAI	Colares, Alves e Miranda (2020); Ferreira e Morais (2020); Velte (2018)
	Níveis de governança corporativa (NDGC)	Dummy: 1: Nível 1; 2: Nível 2; 3: Novo Mercado	Formulário de Referência	Santos <i>et al.</i> (2020)
	Endividamento (END)	Razão entre o valor da dívida total (curto e longo prazo) e o ativo total	Economática®	Abu e Jaffar (2020); Sierra-García <i>et al.</i> (2019); Ferreira e Morais (2020); Velte (2018)
	Retorno sobre o ativo (ROA)	Razão entre o valor do lucro líquido e o ativo total	Economática®	Sierra-García <i>et al.</i> (2019); Ferreira e Morais (2020); Velte (2018)
	Tamanho (TAM)	Logaritmo natural do ativo total	Economática®	Abu e Jaffar (2020); Sierra-García <i>et al.</i> (2019); Velte (2018)
	Liquidez (LIQ)	Razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante	Economática®	Abu e Jaffar (2020); Sierra-García <i>et al.</i> (2019)
	Sector de atividade (SET)	Dummy para sector de atividade da empresa	Economática®	Ferreira e Morais (2020)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A variável de controle BIG4 foi utilizada tendo em vista que a contratação de uma empresa de auditoria *Big Four* pode levar a um número maior de PAAs (WUTTICHINDANON; ISSARAWORNRAWANICH, 2020). A opinião da auditoria foi inserida, visto que as consequências de uma opinião qualificada podem levar os auditores a aproveitar a seção dos principais assuntos de auditoria para descrever situações de maior risco para as empresas (FERREIRA; MORAIS, 2020). Já os níveis de governança corporativa foram testados considerando que a propensão de se emitir um PAA pode ser menor em empresas com maior nível de governança corporativa (MARQUES; SOUZA, 2017).

No que tange às características da empresa relacionadas ao endividamento, retorno sobre o ativo e tamanho, as variáveis END, ROA e TAM foram incluídas em virtude de empresas maiores, altamente alavancadas e com melhor desempenho precisarem divulgar um número maior de PAAs (SIERRA-GARCÍA *et al.*, 2019; VELTE, 2018). Adicionalmente, de

acordo com Sierra-García *et al.* (2019), espera-se que empresas com menor risco de liquidez reportem menor número de PAAs.

Por fim, os setores de atuação das empresas foram incluídos com o intuito de verificar se existe alguma diferença entre os segmentos em que as empresas da amostra estão classificadas em relação à divulgação dos PAAs, em linha com Ferreira e Morais (2020).

Para uma visão geral do comportamento das variáveis investigadas, foram realizados testes de estatística descritiva, além de teste de correlação a fim de se verificar as primeiras correlações entre as variáveis e de modo a evitar a multicolinearidade. Para atingir o objetivo geral de analisar a relação entre o gênero feminino no comitê de auditoria e os PAAs divulgados nos relatórios de auditoria das empresas listadas na B3, foi definido o seguinte modelo econométrico:

$$PAA = \beta_0 + \beta_1 FEM + \beta_2 BIG4 + \beta_3 OPN + \beta_4 NDGC + \beta_5 END + \beta_6 ROA + \beta_7 TAM + \beta_8 LIQ + \beta_9 SET + \varepsilon \quad (\text{Equação 1})$$

Para testar a relação entre a diversidade de gênero no comitê de auditoria e os PAAs segregados em níveis de entidade e de conta, foram utilizados os seguintes modelos:

$$NEPAA = \beta_0 + \beta_1 FEM + \beta_2 BIG4 + \beta_3 OPN + \beta_4 NDGC + \beta_5 END + \beta_6 ROA + \beta_7 TAM + \beta_8 LIQ + \beta_9 SET + \varepsilon \quad (\text{Equação 2})$$

$$NCPAA = \beta_0 + \beta_1 FEM + \beta_2 BIG4 + \beta_3 OPN + \beta_4 NDGC + \beta_5 END + \beta_6 ROA + \beta_7 TAM + \beta_8 LIQ + \beta_9 SET + \varepsilon \quad (\text{Equação 3})$$

Além do atendimento aos pressupostos de normalidade, ausência de multicolinearidade e homoscedasticidade, foram realizados os testes de Breusch-Pagan e Hausman no intuito de determinar o modelo de estimação mais adequado, contudo, em virtude da existência de variável com efeito fixo no tempo (Setor), utilizou-se a regressão *Pooled OLS*. Assim, os dados foram analisados por meio da regressão múltipla do tipo *Pooled OLS*. Os testes estatísticos foram operacionalizados por meio do software Stata®, versão 13.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

Esta subseção apresenta os resultados iniciais da pesquisa, obtidos a partir da estatística descritiva dos dados coletados.

Inicialmente, quantificou-se os números de PAAs de modo geral, como também foram segregados e quantificados em Níveis de Entidade e Níveis de Conta divulgados pelas 66 empresas presentes na amostra durante os anos de 2016 a 2020. Dessa forma, a Tabela 1 apresenta a estatística descritiva das variáveis que compõem o modelo.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis do estudo

Variável	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Principais Assuntos de Auditoria – Total	3,18	0,00	7,00	1,28
Principais Assuntos de Auditoria - Nível de Entidade	1,50	0,00	5,00	1,11
Principais Assuntos de Auditoria - Nível de Conta	1,70	0,00	4,00	0,79
Porcentagem de Mulheres no Comitê de Auditoria	0,09	0,00	1,00	0,17
Endividamento	0,69	0,00	2,07	0,25
Retorno sobre o Ativo	0,05	-0,21	0,47	0,07
Tamanho da empresa (Logaritmo Natural)	16,51	11,13	21,27	1,72
Liquidez Corrente	2,21	0,01	155,56	9,50

Fonte: Elaborada pelas autoras.

No geral, verificou-se uma média de 3,18 PAAs divulgados por relatório de auditoria. Vale salientar que ao longo do quinquênio analisado, 2016 a 2020, houve uma redução pouco expressiva de 12% na média de PAAs. Este resultado revela a maturidade da adoção da NBC TA 701 por parte dos auditores e que estes podem estar buscando reportar apenas os assuntos de maior risco da companhia, refletindo na redução da quantidade de assuntos divulgados. Com relação a estes PAAs de forma segregada, em Nível de Entidade e de Conta, observa-se pouca dispersão em torno da média, com desvios padrão de 1,11 e 0,79, respectivamente.

Com relação à diversidade de gênero, verificou-se uma participação média de mulheres em torno de 9%, o que revela baixa representatividade feminina nos órgãos de comitê de auditoria brasileiros. Tal achado está em linha com o de Lay, Gonçalves e Cunha (2017), que encontraram apenas 8% de participação das mulheres no comitê de auditoria em empresas brasileiras.

No que concerne aos indicadores financeiros, observou-se que nas empresas da amostra, em média, a proporção do endividamento em relação ao total do ativo é de 69%, ou seja, a maior parte do ativo das companhias está comprometido para custear o total de suas dívidas. No que se refere à rentabilidade mensurada pelo Retorno sobre o Ativo (ROA), constatou-se uma média de 0,05, indicando baixa capacidade de geração de lucro a partir dos ativos.

Tratando-se do tamanho da empresa, medido pelo logaritmo natural do total do ativo, verificou-se uma média de 16,51 entre as empresas da amostra, em que a de maior tamanho (21,27) refere-se ao Banco do Brasil, do setor Financeiro. Com relação à liquidez corrente, o Bradesco Leasing, também do setor Financeiro, apresentou o valor máximo de 155,56, com um valor de ativo circulante bastante superior aos seus passivos de curto prazo, o que indica boa capacidade para lidar com suas dívidas.

A seguir, a Tabela 2 apresenta a frequência das variáveis *dummies* ao longo do período.

Tabela 2 - Frequência das variáveis do estudo

Variável	Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Tipo de Firma de Auditoria	0 - Não Big Four	5%	6%	8%	8%	12%	8%
	1 - Big Four	95%	94%	92%	92%	88%	92%
Tipo de Opinião de Auditoria	0 - Opinião Não Modificada	95%	94%	94%	94%	100%	95%
	1 - Opinião Modificada	5%	6%	6%	6%	0%	5%
Segmento de Listagem - B3	0 - Mercado Tradicional	35%	35%	35%	32%	30%	33%
	1 - Nível 1	11%	11%	11%	9%	11%	10%
	2 - Nível 2	11%	11%	11%	11%	11%	11%
	3 - Novo Mercado	44%	44%	44%	48%	48%	46%

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A partir da Tabela 2, verificou-se que 92% das companhias foram auditadas por firmas do grupo *Big Four*, indicando que as empresas buscam contratar as grandes firmas de auditoria, revelando uma concentração destas no mercado, diante de sua vasta reputação. Ademais, verificou-se que 95% dos relatórios divulgados foram do tipo não modificado, demonstrando que os demonstrativos contábeis foram apresentados de forma clara para que o auditor emitisse a opinião sem maiores riscos. Já com relação aos segmentos de listagem, não há uma predominância de segmento entre as companhias da amostra, porém 67% pertencem aos níveis diferenciados de governança corporativa e, portanto, aderem a práticas diferenciadas de *disclosure*.

A Tabela 3 apresenta a amostra segregada conforme segmento econômico.

Tabela 3 - Descrição da amostra por setor econômico

Setor Econômico	Empresas	PAA	Média	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
Bens Industriais	4	53	2,65	5,00	1,00	1,09
Comunicações	1	14	2,80	3,00	2,00	0,45
Consumo Cíclico	6	93	3,10	5,00	1,00	0,84
Consumo não cíclico	6	102	3,40	6,00	1,00	1,35
Financeiro	22	388	3,53	7,00	1,00	1,47
Materiais Básicos	7	109	3,11	5,00	1,00	0,93
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	32	3,20	4,00	2,00	0,63
Saúde	4	52	2,60	4,00	1,00	0,75
Tecnologia da Informação	1	12	2,40	3,00	2,00	0,55
Utilidade Pública	13	194	2,98	6,00	0,00	1,40
Total	66	1049	3,18	7,00	0,00	1,28

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em um primeiro momento, vale destacar que 1/3 das empresas da amostra pertencem ao setor Financeiro, composto por bancos, companhias de exploração de imóveis, previdência e seguros, dentro outros. O referido setor obteve a maior média de PAAs durante o período, de 3,53. Salienta-se que os PAAs mais reportados do setor Financeiro referem-se à mensuração de provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, além de provisões para créditos de liquidação duvidosa e assuntos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação, tendo em vista a vasta estrutura tecnológica das empresas desse setor para a condução dos seus negócios. Além disso, vale destacar que a máxima de PAAs também deriva do setor Financeiro, com o Banco Santander e o Banco Brasília, que reportaram 7 assuntos considerados como de risco pelo julgamento do auditor no ano de 2018.

O Consumo não cíclico registrou a segunda maior média da amostra, com 3,40 PAAs durante o período analisado, sendo os assuntos mais reportados aqueles relacionados a receitas, contingências e discussões judiciais, bem como tributos, tendo em vista os riscos inerentes à informação e complexidade tributária de companhias do subsetor de alimentos processados, comércio e distribuição.

A menor média observada da amostra foi do setor de Tecnologia da Informação, composto apenas pela empresa Totvs, com 2,40 PAAs, tendo o *impairment* de ativos intangíveis, incluindo ágio, como um dos assuntos mais citados durante o quinquênio analisado, uma vez que envolve aspectos de julgamento em relação a premissas financeiras por parte do auditor. Além disso, vale observar que a empresa Renova Energia, do setor de Utilidade Pública, esteve em um processo de recuperação judicial no exercício de 2019 e, portanto, os auditores não expressaram opinião sobre os demonstrativos contábeis desta companhia, inferindo assim na mínima de PAAs da amostra com nenhum assunto reportado.

4.2 Estatística Inferencial

Após a etapa descritiva, foi realizado o Teste de Correlação de Pearson com o intuito de identificar correlação entre as variáveis do estudo, além de atestar a ausência de multicolinearidade do modelo, de modo que os resultados estão explicitados na Tabela 4.

Tabela 4 - Teste de Correlação de Pearson entre as variáveis do estudo

VARIÁVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
A-PAA	1									
B-NEPAA	-	1								
C-NCPAA	-	-	1							
D-FEM	0,14**	0,12**	0	1						
E-BIG4	-0,11**	-0,01*	-0,04	-0,07	1					
F-OPN	-0,09	-0,03	-0,10*	-0,12**	0,01	1				
G-NDGC	-0,02	-0,05	0,04	0,04	-0,03	-0,19***	1			
H-END	0,09	0,09*	0,01	-0,21***	-0,32***	0,03	-0,14***	1		
I-ROA	-0,24***	-0,23***	-0,07	0,02	-0,04	0	0,16***	-0,01	1	

J-TAM	0,41***	0,41***	0,14**	0,11*	0,11**	0,01	0,01	0,02	-0,30***	1
K-LIQ	-0,08	-0,11**	0,02	-0,03	0,03	0,34***	-0,08	-0,25***	-0,05	0,07
L-SET_BI	-0,06	-0,15***	0,11**	0,18***	-0,06	-0,03	0,12**	-0,12**	0,12**	-0,20***
M-SET_COM	-0,04	-0,10*	0,08	-0,04	0,04	-0,03	-0,16***	0	0,02	-0,09
N-SET_CC	-0,02	-0,08	0,07	-0,12**	-0,03	-0,02	0,24***	-0,10*	0,05	-0,18***
O-SET_CNC	0,05	0,13**	-0,11**	0,19***	-0,31***	0,03	0,14***	0,03	-0,02	0,06
P-SET_FIN	0,19***	0,22***	-0,02	-0,07	0,20***	0,12**	-0,33***	0,15***	-0,27***	0,32***
Q-SET_MB	-0,02	-0,02	-0,01	0,16***	-0,24***	-0,03	-0,14**	0,07	-0,08	-0,19***
R-SET_PET	0	0,08	0,04	0,04	0,05	-0,04	-0,09*	-0,07	-0,04	0,14***
S-SET_SAUDE	-0,12**	-0,13**	-0,02	0,05	0,07	-0,06	0,10*	-0,24***	0,20***	-0,16***
T-SET_TI	-0,08	-0,10*	0,02	-0,02	0,04	-0,03	0,12**	-0,12**	0	-0,11**
U-SET_UP	-0,08	-0,08	-0,02	-0,14**	0,11**	-0,07	0,09	-0,04	0,17***	0,01

	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U
K-LIQ	1										
L-SET_BI	0	1									
M-SET_COM	-0,01	-0,01	1								
N-SET_CC	-0,01	-0,04	-0,04	1							
O-SET_CNC	-0,02	-0,04	-0,04	-0,10*	1						
P-SET_FIN	0,09*	-0,09	-0,09	-0,22***	-0,22***	1					
Q-SET_MB	-0,01	-0,04	-0,04	-0,11**	-0,11**	-0,24***	1				
R-SET_PET	-0,01	-0,02	-0,02	-0,06	-0,06	-0,13**	-0,06	1			
S-SET_SAUDE	0	-0,03	-0,03	-0,08	-0,08	-0,18	-0,09	-0,04	1		
T-SET_TI	0	-0,02	-0,01	-0,04	-0,04	-0,09	-0,04	-0,02	-0,03	1	
U-SET_UP	-0,04	-0,06	-0,06	-0,16***	-0,16***	-0,35***	-0,17***	-0,09	-0,13**	-0,06	1

Níveis de significância: (***) a 1%; (**) a 5%; (*) a 10%.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Observa-se, a partir da Tabela 4, que a variável Tamanho (TAM) apresentou o maior coeficiente de correlação positivo e significativo ao nível de 1% com as variáveis PAA e NEPAA: 0,41. Esse resultado indica uma correlação diretamente proporcional entre as variáveis. Em contrapartida, o Retorno sobre o Ativo (ROA) apresentou correlação negativa e significativo ao nível de 1% com as variáveis de PAA e NEPAA, sendo -0,24 e -0,23, respectivamente, indicando correlação inversamente proporcional.

No que se refere à participação feminina no Comitê de Auditoria (FEM), esta apresentou correlação positiva às variáveis PAA e NEPAA ao nível de 5% de significância. Já as variáveis de controle Tipo de Firma de Auditoria (BIG4), Nível Diferenciado de Governança Corporativa (NDGC) e Tamanho (TAM) apresentaram correlação significativa com a maioria das variáveis. Vale salientar que nenhuma das variáveis apresenta coeficientes superiores a 0,8, o que indica ausência de problemas de multicolinearidade.

Posteriormente, foram realizados testes de regressão linear múltipla para verificar as hipóteses do estudo. Realizou-se os testes de Breusch-Pagan e Hausman, no intuito de determinar o modelo de estimação mais adequado, contudo, em virtude da existência de variável com efeito fixo no tempo (Setor), utilizou-se a regressão *Pooled OLS*.

Assim, a Tabela 5 apresenta os resultados dos modelos de regressão, cuja variável dependente consiste na quantidade de PAAs totais, no Nível de Entidade (NEPAA) e no Nível de Conta (NCPAA).

Tabela 5 – Regressão Linear Múltipla *Pooled OLS*

	Modelo 1 PAA	Modelo 2 NEPAA	Modelo 3 NCPAA
FEM	0,744*	0,444	0,325
BIG4	-0,44	-0,37	-0,27
	-0,725***	-0,519***	-0,191

	-0,25	-0,19	-0,22
OPN	-0,380	0,003	-0,365*
	-0,38	-0,29	-0,19
NDGC	-0,005	0,005	0,002
	-0,06	-0,05	-0,04
END	0,200	0,051	0,219
	-0,31	-0,27	-0,22
ROA	-2,136**	-1,441*	-0,708
	-0,99	-0,77	-0,82
TAM	0,283***	0,210***	0,097***
	-0,04	-0,04	-0,03
LIQ	-0,011***	-0,017***	0,006**
	0,00	0,00	0,00
SET_BI	0,580	-0,256	0,934***
	-0,55	-0,46	-0,32
SET_COM	0,522	-0,032	0,638
	-0,45	-0,50	-0,39
SET_CC	0,733*	0,502	0,283
	-0,42	-0,35	-0,19
SET_CNC	0,327	0,732**	-0,385*
	-0,43	-0,37	-0,23
SET_FIN	0,628	0,753**	-0,109
	-0,39	-0,32	-0,18
SET_MB	0,430	0,510	-0,020
	-0,41	-0,34	-0,22
SET_PET	0,082	0,744*	0,052
	-0,50	-0,38	-0,25
SET_SAUDE	0,371	0,322	0,118
	-0,42	-0,37	-0,23
SET_TI	0,244	0,018	0,297
	-0,49	-0,40	-0,28
SET_UP	0,376	0,408	0,000
	-0,4	-0,32	-0,20
Constante	-1,349	-2,005**	0,150
	-0,98	-0,8	-0,59
R2	0,247	0,269	0,102
F	6,841	8,801	3,08
Sig	0,000	0,000	0,000
N	330	330	330

Fonte: Elaborada pelas autoras.

No Modelo 1, observa-se que a participação feminina no comitê de auditoria (FEM) apresenta coeficiente positivo e significativo a 10%. Isto sugere que participação do gênero feminino neste órgão de controle das atividades contábeis resulta em um maior número de PAAs divulgados, rejeitando, portanto, a Hipótese 1a, de que existe associação negativa entre a diversidade de gênero e os PAAs.

Já os Modelos 2 e 3, que testaram a relação entre o gênero feminino e a quantidade de PAAs relacionados aos riscos no Nível de Entidade (NEPAA) e no Nível de Conta (NCPAA), não apresentaram influência do percentual de mulheres no comitê, indicando que a diversidade de gênero não constitui indicativo para a divulgação dos PAAs separadamente, rejeitando assim as Hipóteses 1b e 1c.

No tocante às variáveis de controle, verifica-se que o tamanho da empresa (TAM) apresenta coeficiente positivo e significativo em todos os modelos, o que indica que as empresas de maior porte possuem mais áreas de risco e, portanto, merecem atenção significativa dos auditores, reportando, assim, mais PAAs tanto de maneira geral como a Nível de Conta e Entidade.

Com relação ao ROA, verifica-se relação negativa e significativa aos níveis de 5% e 10% nos Modelos 1 e 2, respectivamente. Tal resultado indica que empresas mais rentáveis estão associadas a um menor risco devido à boa condução de suas atividades financeiras, de modo que o auditor não identifique distorções relevantes nas áreas da companhia, resultando em menor número de PAAs.

No que se refere à liquidez, esta apresenta coeficiente negativo e significância de 1% para os PAAs de modo geral e a Nível de Entidade, indicando que empresas com mais liquidez apresentam menor risco financeiro, atenuando, assim, o número de PAAs reportados. Contudo, quando esta variável está relacionada ao PAA a Nível de Conta, apresenta coeficiente positivo ao nível de 5%, sugerindo que devido à alta liquidez das companhias, os auditores identificam maior risco nos registros de contas contábeis.

A variável BIG4 apresenta coeficiente negativo e significativo em todos os modelos, sugerindo que empresas auditadas por firmas *Big4* tendem a apresentar menos PAAs nos relatórios de auditoria. De maneira análoga, a variável Tipo de Opinião de Auditoria (OPN) apresenta coeficiente negativo e significativo a 10% no Modelo 3, indicando que quando as companhias possuem relatório de auditoria com opinião modificada, elas apresentam menos PAAs a Nível de Conta.

Salienta-se que o nível de endividamento das companhias analisadas e o seu respectivo segmento de listagem conforme nível de governança corporativa não apresentaram resultados significantes, sugerindo que essas características não estão associadas ao número de PAAs reportados para as empresas da amostra.

Assim, conforme exposto, rejeitam-se as Hipóteses 1a, 1b e 1c, em virtude da associação positiva encontrada entre a participação feminina no comitê de auditoria e a quantidade de PAAs reportados pelas empresas e ausência de relação significativa entre a participação feminina no comitê de auditoria e a segregação dos PAAs no Nível de Entidade e Conta.

4.3 Discussão

A pesquisa revela relação positiva entre o gênero feminino no comitê de auditoria e a divulgação total de PAAs. A relação significativa e positiva encontrada pode indicar que a participação feminina, ao influenciar para uma maior aversão ao risco e diligência com as partes interessadas, contribui para um maior número de PAAs divulgados (BRASEL *et al.*, 2016; COLARES; ALVES; MIRANDA, 2020; SILVA *et al.*, 2020).

Cabe ressaltar que a literatura ainda é escassa e conflitante no que se refere à relação entre o gênero feminino e à divulgação de PAAs. Em estudo pioneiro, no contexto britânico, Velte (2018) encontrou relação entre um maior percentual de participação feminina e maior legibilidade dos principais assuntos de auditoria mensurada pelo índice de Flesch, indicando que o gênero feminino leva a uma maior legibilidade das divulgações dos PAAs, com atividades de monitoramento mais rigorosas e maior prevenção de riscos no comitê de auditoria.

No contexto brasileiro, Colares, Alves e Miranda (2020) constataram significância entre a instituição do comitê de auditoria e o menor número de PAAs reportados das empresas listadas na B3, indicando que quando uma empresa tem um comitê de auditoria instituído, isso poderia melhorar a governança da entidade, e fazer com que a auditoria independente enxergue menor risco associado, o que a levaria a divulgar menos PAAs. Contudo, os autores não utilizaram o teste de regressão para a análise da relação entre a participação feminina no comitê de auditoria e a divulgação de PAAs.

O estudo de Velte (2018) fornece evidências convincentes sobre a influência da diversidade de gênero no comitê de auditoria nos relatórios do auditor, em linha com os resultados aqui expostos. Contudo, em vez da associação negativa esperada, considerando que o gênero feminino implicaria em uma melhor governança corporativa e menor risco percebido pela auditoria com uma menor divulgação de PAAs, em linha com as conclusões de Colares,

Alves e Miranda (2020), os resultados da presente pesquisa evidenciaram associação positiva entre o gênero feminino e a divulgação de PAAs.

Destaca-se, nesse contexto, a inconclusividade da relação entre o gênero feminino e a qualidade da auditoria, particularmente em relação à divulgação de PAAs (WUTTICHINDANON; ISSARAWORNRAWANICH, 2020).

A relação positiva encontrada na presente pesquisa pode ser explicada a partir da ótica apontada por alguns autores, de que o ato de reportar mais PAAs pode indicar maior transparência, visto que proporcionaria maior percepção dos *stakeholders* à riscos e possíveis distorções, garantindo maior assertividade na tomada de decisão (BRASEL *et al.*, 2016).

Corroborando esse entendimento, Wuttichindanon e Issarawornrawanich (2020) afirmam que reportar uma maior quantidade de PAAs pode indicar que a companhia adota boas práticas de governança corporativa, uma vez que fornece mais informações pertinentes às partes interessadas.

No que tange à segregação dos PAAs no Nível de Entidade e de Conta proposta por Sierra-García *et al.* (2019), os resultados do estudo indicam a ausência de relação significativa entre o gênero feminino e os PAAs nas temáticas específicas, evidenciando que embora a presença feminina nas empresas da amostra leve a uma divulgação de maior número de PAAs, isso não se reflete na divulgação por tipo de PAA.

5 CONCLUSÃO

A divulgação dos principais assuntos de auditoria passou a demandar maior julgamento profissional por parte dos auditores externos, tornando a comunicação com mecanismos internos de governança corporativa, como o comitê de auditoria, essencial para a qualidade dos relatórios de auditoria (COLARES; ALVES; MIRANDA, 2020; CORDOŞ; FULOP, 2015; ZHOU; OWUSU-ANSAH; MAGGINA, 2018). Assim, propôs-se neste estudo analisar a relação entre a diversidade de gênero no comitê de auditoria e os PAAs divulgados nos relatórios de auditoria no geral e à Nível de Conta e Entidade. Para tanto, realizou-se pesquisa com 66 empresas listadas na B3 entre 2016 e 2020 e os resultados foram analisados por meio de estatística descritiva, teste de correlação e regressão linear múltipla.

Os resultados da análise descritiva mostraram que, em média, apenas 9% dos membros dos comitês de auditoria das companhias analisadas são do gênero feminino, demonstrando baixa representatividade nos períodos analisados. Quanto aos testes de correlação, houve correlação positiva e significativa entre o gênero feminino no comitê de auditoria e as quantidades de PAAs no geral e à nível de entidade. As variáveis de controle referentes ao tipo de firma de auditoria, nível diferenciado de governança corporativa e tamanho, por sua vez, mostraram correlação significativa com boa parte das variáveis do estudo.

No que tange às análises de regressão, os resultados mostraram relação positiva e significativa entre o gênero feminino no comitê de auditoria e a quantidade de PAAs, rejeitando a hipótese 1a da pesquisa. Quanto à análise dos PAAs segregados em Nível de Conta e Entidade, não foram encontradas relações com as variáveis independentes, rejeitando, dessa forma, as hipóteses 1b e 1c do estudo.

Os resultados encontrados revelam, portanto, relação positiva entre a participação feminina no comitê de auditoria e a divulgação total de PAAs, o que pode estar relacionado a uma maior transparência, no sentido de que reportar uma maior quantidade de PAAs pode indicar que a companhia adota boas práticas de governança corporativa, uma vez que fornece mais informações pertinentes às partes interessadas, conforme elucidam Wuttichindanon e Issarawornrawanich (2020).

Esta constatação é relevante, tendo em vista os estudos ainda escassos e conflitantes na literatura, contribuindo para preencher a lacuna de estudos brasileiros que busquem verificar a relação entre o gênero feminino no comitê de auditoria e os PAAs divulgados. Além disso, a

pesquisa contribui por trazer a reflexão acerca da importância da diversidade, em especial a inclusão do gênero feminino no âmbito profissional, como forma de melhorar os mecanismos de governança corporativa e reduzir conflitos de interesses, agregando na tomada de decisão (BRASEL *et al.*, 2016; COLARES; ALVES; MIRANDA, 2020; SILVA *et al.*, 2020).

Por fim, cabe salientar que o estudo se limita à amostra e ao período analisado, tendo em vista a grande quantidade de empresas que não tem comitê de auditoria constituído, além da introdução da divulgação dos PAAs somente em 2016 pela NBC TA 701, limitando o período e a quantidade de empresas analisados. Assim, sugere-se para futuras pesquisas a ampliação do universo de análise, além da utilização de modelos para mensuração da qualidade dos PAAs divulgados nos relatórios de auditoria.

REFERÊNCIAS

ABU, N. A.; JAFFAR, R. Audit Committee Effectiveness and Key Audit Matters. **Asian Journal of Accounting and Governance**, v. 14, p. 67–78, 2020.

ALDAMEN, H.; HOLLINDALE, J.; ZIEGELMAYER, J. L. Female audit committee members and their influence on audit fees. **Accounting & Finance**, v. 58, n. 1, p. 57-89, 2018.

AL-SHAER, H.; ZAMAN, M. Board Gender Diversity and Sustainability Reporting Quality. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 16, p. 1-35, 2016.

ALVES JÚNIOR, E.; GALDI, F. Relevância informacional dos principais assuntos de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 31, n. 82, p. 67-83, 2020.

BARK, A. S. H.; ESCARTÍN, J.; VAN DICK, R. Gender and leadership in Spain: A systematic review of some key aspects. **Sex Roles**, v. 70, n. 11-12, p. 522-537, 2014.

BRASEL, K.; DOXEY, M.; GRENIER, J.; REFFETT, A. Risk Disclosure Preceding Negative Outcomes: The Effects of Reporting Critical Audit Matters on Judgments of Auditor Liability. **The Accounting Review**, v. 91, n. 5, p. 1345-1362, 2016.

BUENO, G.; NASCIMENTO, K.; LANA, J.; GAMA, M. A. B.; MARCON, R. Mecanismos externos de governança corporativa no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 21, n. 1, p. 120–141, 2018.

COLARES, A. C. V.; ALVES, K. C.; MIRANDA, L. T. G. Relação entre as características do comitê de auditoria e da auditoria independente das companhias abertas da B3. **Revista Ambiente Contábil**, v. 12, n. 1, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Norma NBC TA 701** – comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Brasília, 4 de julho de 2016.

CORDOŞ, G. S.; FÜLÖP, M. T. “Understanding audit reporting changes: introduction of key audit matters”. **Accounting and Management Information Systems**, v. 14, n. 1, p. 128-152, 2015.

CUNHA, P. R.; LUNELLI, L. O.; SANTOS, V. D.; FAVERI, D. B.; RODRIGUES JUNIOR, M. M. Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Atraso da Emissão do

Relatório da Auditoria Independente (Audit Delay). **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 3, p. 47-65, 2015.

DE LUCA, M. M. M.; MARTINS, L. C.; MAIA, A. B. G. R.; COELHO, A. C. D. Os Mecanismos de Auditoria Evidenciados pelas Empresas Listadas nos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e no Novo Mercado da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 1, p. 101-130, 2010.

EGAN, T. M. Creativity in the context of team diversity: Team leader perspectives. **Advances in developing human resources**, v. 7, n. 2, p. 207-225, 2005.

FERREIRA, C.; MORAIS, A. I. Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 1, n. 83, p. 262-274, 2020.

HOSSAIN, M.; FAROOQUE, O. A.; MOMIN, M. A.; ALMOTAIRY, O. Women in the boardroom and their impact on climate change related disclosure. **Social Responsibility Journal**, v. 13, n. 4, p. 828-855, 2017.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. (2017). Instituto Brasileiro De Governança Corporativa. **Orientações sobre comitês de auditoria: melhores práticas no assessoramento ao Conselho de Administração**. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto Dos Auditores Independentes Do Brasil. São Paulo, SP: Ibgc/Ibracon, 88p.

ITTONEN, K.; PENI, E.; VÄHÄMAA, S. Female auditors and accruals quality. **Accounting Horizons**, v. 27, n. 2, p. 205–228, 2013.

JIANAKOPOLOS, N. A.; BERNASEK, A. Are women more risk averse?. **Economic inquiry**, v. 36, n. 4, p. 620-630, 1998.

JIZI, M. The influence of board composition on sustainable development disclosure. **Business Strategy and the Environment**, v. 26, n. 5, p. 640-655, 2017.

LANDRY, E. E.; BERNADI, R. A.; BOSCO, S. M. Recognition for Sustained Corporate Social Responsibility: Female Directors make a Difference. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 23, 27–36, 2016.

LAY, L. A.; GONÇALVES, M.; CUNHA, P. R. Relação entre gênero no conselho de administração e no comitê de auditoria com o *audit delay*. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 14, n. 33, p. 118-139, 2017.

LENNOX, Clive S.; SCHMIDT, Jaime J.; THOMPSON, Anne. Why are expanded audit reports not informative to investors? Evidence from the UK. **Social Science Research Network**. Retrieved, 2021.

MARQUES, V.A.; SOUZA, M. K. P. Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do Ibovespa. **Revista de Informação Contábil**, v. 11, n. 4, p.1-22, 2017.

MELLO, L. C. de O.; ARAÚJO, P. G. L. de; DE LUCA, M. M. M. Impacto do Novo Relatórios dos Auditores Independentes nos Honorários dos Auditores. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 32, n. 1, p. 183-217, 2021.

ÖZCAN, A. What factors affect the disclosure of key audit matters? Evidence from manufacturing firms. **International Journal of Management Economics and Business**, v. 17, n. 1, p. 149-161, 2021.

PINTO, I.; MORAIS, A. What matters in disclosures of key audit matters: evidence from Europe. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 30, n. 3, p. 145-162, 2019.

SANTOS, K. L.; GUERRA, R. B.; MARQUES, V. A.; JÚNIOR, E. M. Os Principais Assuntos de Auditoria Importam? Uma análise de sua associação com o Gerenciamento de Resultados. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 14, n. 1, p. 56-77, 2020.

SHAO, X. Research on Disclosure Status and Influencing Factors of Key Audit Matters. **Modern Economy**, v. 11, p. 701-725, 2020.

SIERRA-GARCÍA, L.; GAMBETTA, N.; GARCÍA-BENAU, M. A.; ORTA-PÉREZ, M. Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: the case of the United Kingdom. **The British Accounting Review**, v. 51, n. 3, p. 227-240, 2019.

SILVA, B. S.; SILVA, D. G.; PINHEIRO, L. E. T.; FRANCISCO, J. R. S. Efeito do gênero na qualidade do serviço de auditoria. **RAGC**, v. 8, n. 37, 2020.

SULTANA, N.; SINGH, H.; VAN DER ZAHN, J. M. Audit committee characteristics and audit report lag. **International Journal of Auditing**, v. 19, n. 2, p. 72-87, 2015.

SRINIDHI, B. I. N.; GUL, Ferdinand A.; TSUI, Judy. Female directors and earnings quality. **Contemporary accounting research**, v. 28, n. 5, p. 1610-1644, 2011.

VELTE, P. Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. **Corporate social responsibility and environmental management**, v. 25, n. 5, p. 748-755, 2018.

WUTTICHINDANON, S.; ISSARAWORNRAWANICH, P. Determining factors of key audit matter disclosure in Thailand. **Pacific Accounting Review**, v. 32, n. 4, p. 563-584, 2020.

ZHOU, H.; OWUSU-ANSAH, S.; MAGGINA, A. Board of directors, audit committee, and firm performance: evidence from Greece. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 31, p. 20-36, 2018.